



14 DE SETEMBRO DE 2016

Quarta-feira

- SINDICATO DE CURITIBA VAI INVESTIR R\$ 2,5 MILHÕES EM USINA SOLAR PARA ASSOCIADOS
- VOLKS VAI ACELERAR PRODUÇÃO PARA REPOR ESTOQUE APÓS FÉRIAS COLETIVAS
- MONTADORAS FORMAM SETOR MAIS PROTEGIDO DA ECONOMIA BRASILEIRA, DIZ INSPER
- SEM NOVA PROPOSTA DE PATRÕES, BANCÁRIOS PROMETEM FORTALECER A GREVE
- ADESÃO É DE 9,8 MIL BANCÁRIOS DE CURITIBA EM DIA DE NEGOCIAÇÃO
- CARTEIROS FAZEM ASSEMBLEIA PARA DEFLAGRAR GREVE NO PARANÁ
- SEGURO-DESEMPREGO PESA MENOS NO GASTO PÚBLICO
- FIEP OBTÉM LIMINAR QUE GARANTE NORMALIZAÇÃO DOS PROCESSOS DE IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO NO PORTO DURANTE PARALISAÇÃO DOS AUDITORES FISCAIS
- PARCERIAS COM SETOR PRIVADO PODEM ALAVANCAR INVESTIMENTOS EM INFRAESTRUTURA, DIZ ROBSON ANDRADE
- COMPETITIVIDADE DEVE ESTAR NO CENTRO DE NOVA POLÍTICA INDUSTRIAL, DIZ ANFAVEA
- NOVO MODELO DE FINANCIAMENTO ESTIMULA PARTICIPAÇÃO PRIVADA
- MEIRELLES: PPI É SALTO À FRENTE NO PROCESSO DE AJUSTE E RETOMADA DA INDÚSTRIA
- INVESTIDOR ESTÁ OTIMISTA COM BRASIL, MAS QUER AVANÇO NA REFORMA FISCAL, DIZ BOFA
- PROGRAMA MUDARÁ PANORAMA DE CONCESSÕES, DIZ NOVO EMBAIXADOR DO BRASIL NOS EUA
- COM PLANO DE CONCESSÕES, GOVERNO PRETENDE REATIVAR ECONOMIA E GERAR EMPREGOS
- PARANÁ FICA FORA DA LISTA DE CONCESSÕES DO GOVERNO TEMER
- SEU EMPREGO ESTÁ AMEAÇADO PELAS MÁQUINAS? ESPECIALISTAS INDICAM QUAIS SÃO AS ÁREAS DE RISCO
- ARTIGO: JÁ PASSOU DA HORA DE PROMOVER A ABERTURA COMERCIAL NO BRASIL

- PRÊMIO OZIRES SILVA ABRE INSCRIÇÕES PARA PROJETOS QUE VALORIZAM O EMPREENDEDORISMO E SUSTENTABILIDADE
- IBAMA MULTA E PARALISA USINA A CARVÃO DA ELETROBRÁS
- KUCZYNSKI LEVANTA PREOCUPAÇÕES SOBRE LINHA FERROVIÁRIA ENTRE BRASIL E PERU
- ALTO CUSTO PARA 'DECIFRAR' IMPOSTOS FAVORECE SONEGAÇÃO, DIZEM ESPECIALISTAS
- BOVESPA FECHA EM QUEDA, PUXADA POR EMPRESAS DE COMMODITIES
- ARTIGO: ALTA CARGA TRIBUTÁRIA BRASILEIRA INCENTIVA SONEGAÇÃO DE IMPOSTOS
- ESTRATÉGIAS DE MARKETING PARA SUPERAR A CRISE
- BRIDGESTONE INAUGURA CENTRO DE DISTRIBUIÇÃO
- CRESCE INADIMPLÊNCIA NO FINANCIAMENTO DE VEÍCULOS
- "SE QUEREMOS EXPORTAR, PRECISAMOS ABRIR PARA IMPORTAÇÃO", DIZ KETTER
- VOLARE DESENVOLVE MINIÔNIBUS ELÉTRICO
- BRIDGESTONE INAUGURA CENTRO DE DISTRIBUIÇÃO
- INVESTIMENTOS DO FGTS GERAM 3,5 MILHÕES DE EMPREGOS DIRETOS POR ANO
- ARTIGO: STF CONCEDE LIMINAR PARA SUSPENDER A INCIDÊNCIA DO IPI NA REVENDA DE IMPORTADOS

CÂMBIO		
EM 14/09/2016		
	Compra	Venda
Dólar	3,221	3,222
Euro	3,743	3,745

Fonte: BACEN

Sindicato de Curitiba vai investir R\$ 2,5 milhões em usina solar para associados

14/09/2016 – Fonte: Gazeta do Povo



No embalo da energia solar, o Sindicato dos Metalúrgicos da Grande Curitiba (Simec) está prestes a tirar do papel um projeto que pode aliviar a tarifa de energia dos seus associados e servir de inspiração para outras entidades e empresas.

O Simec vai investir R\$ 2,5 milhões em uma usina solar que será construída no clube de campo do sindicato, em São José dos Pinhais, na Região Metropolitana de Curitiba. Além de gerar créditos para abater da tarifa de energia das sedes e subsedes da entidade, a ideia é garantir um excedente de energia para ser comercializado junto aos associados.

Os interessados poderão comprar cotas para suprir a demanda energética da sua residência, trocando uma conta de luz mais cara por uma mais barata por meio da compensação dos créditos. O benefício deve gerar uma economia média de R\$ 60 reais na fatura de quem aderir ao plano.

Em vez de pagar o valor do consumo de energia para a concessionária, o associado faz o repasse ao sindicato, que vai amortizar no custo do investimento feito no sistema.

É como se fosse um plano odontológico que o sindicato paga aos trabalhadores, mas, neste caso, é um plano energético que vai aliviar a tarifa de energia deles, detalha Alexandre Brandão, sócio fundador da 3B Energy, responsável pela execução do projeto.

“Se não for possível vender a energia por um preço mais barato, venderemos pelo mesmo preço da Copel, mas o consumidor estará livre das oscilações do preço da energia no mercado cativo”, afirma Emerson Vatrim, gestor de obras do sindicato.

A microusina vai reunir 850 placas fotovoltaicas com capacidade de geração média de 26 mil kW h/ mês, suficiente para alimentar cerca de 160 casas.

O projeto está em fase final de formatação e a implantação deve começar em dezembro deste ano. Até fevereiro de 2017, a usina solar já deverá estar gerando energia.

Nesta primeira fase do projeto, a capacidade da usina solar será limitada, ou seja, não será possível atender a necessidade de todos os 17 mil associados ao sindicato, mas a procura dos trabalhadores vai funcionar como um termômetro para a expansão do projeto, afirma Vatrim.

Dependendo da demanda, o plano é dobrar a capacidade instalada por meio de uma nova usina solar. Desta vez, porém, o sindicato considera a possibilidade de construir o empreendimento no interior do estado, em um local com melhor índice de insolação, para aumentar a geração de energia e otimizar o investimento.

Antes de tirar do papel o investimento milionário na usina solar, o sindicato decidiu testar a viabilidade da autogeração de energia solar. A estreia do Simec no setor fotovoltaico se deu na subsede de São José dos Pinhais, onde foram instalados 73 painéis solares com capacidade de 2.200 kW/horas mês.

O sistema foi dimensionado para atender 50% do consumo de energia do edifício, mas já chegou a suprir até 80% da necessidade. "Nossa fatura caiu de R\$ 3 mil para R\$ 700, e cairia para R\$ 350 se houvesse a isenção do ICMS para a geração distribuída de energia no Paraná", detalha o gestor de obras do sindicato.

Novas regras

A iniciativa do sindicato se beneficia das novas regras da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) para a geração de energia pelo próprio consumidor, em vigor desde o dia 1º de março deste ano. A nova resolução criou a "geração compartilhada", permitindo que diversos interessados se unam em um consórcio ou em uma cooperativa, instalem uma micro ou minigeração distribuída e utilizem a energia gerada para redução das faturas dos consorciados ou cooperados.

Neste caso, cabe ao titular da unidade consumidora com a geração distribuída informar à distribuidora o percentual da energia excedente a ser alocado para cada unidade integrante da cooperativa ou consórcio.

Volks vai acelerar produção para repor estoque após férias coletivas

14/09/2016 – Fonte: O Estado de S.Paulo

Estimativa é de ritmo mensal de 50 mil carros em outubro e novembro; antes de desligar as máquinas por falta de peças, a montadora vinha produzindo uma média de 35 mil automóveis por mês em suas três fábricas

O presidente da Volkswagen no País, David Powels, informou nesta terça-feira, 13, que a montadora vai acelerar a produção para um ritmo mensal superior a 50 mil carros entre outubro e novembro para repor os estoques consumidos durante a paralisação nas fábricas do grupo.



Ritmo mensal deve ser de 50 mil carros entre outubro e novembro

Antes de desligar as máquinas por falta de peças, a terceira montadora em vendas no Brasil vinha produzindo uma média de 35 mil automóveis por mês em suas três fábricas.

Em virtude da paralisação, anunciada após a Volks rescindir o contrato com um grupo de fornecedores com quem trava uma disputa comercial, Powels disse que a marca perdeu mercado porque ficou sem alguns modelos a oferecer aos consumidores.

Segundo o executivo, a montadora está sem estoque suficiente para abastecer a rede de concessionárias, uma situação que pretende solucionar com o aumento na velocidade da produção nos próximos dois meses.

Depois de cerca de um mês em férias coletivas, as fábricas da Volkswagen voltarão gradualmente a produzir em uma ou duas semanas, adiantou o executivo sul-africano.

Em Taubaté (SP) e em São José dos Pinhais (PR), assim como na unidade que produz motores em São Carlos (SP), os funcionários voltam ao trabalho na quinta-feira. Já na fábrica de São Bernardo do Campo, no ABC paulista, o retorno do pessoal está marcado para a próxima terça-feira.

Após participar de fórum realizado na capital paulista pela revista Quatro Rodas, Powels informou que a montadora está resolvendo o problema no fornecimento de peças, com a substituição do grupo que teve o contrato encerrado por fornecedores nacionais.

"Nós tivemos durante os últimos vinte meses muitos problemas com um grupo de fornecedores. Agora, estamos resolvendo. Não quero falar mais sobre esse assunto, mas foi um problema durante um longo período", disse o executivo.

Montadoras formam setor mais protegido da economia brasileira, diz Insper

14/09/2016 – Fonte: Gazeta do Povo

Para o presidente do Insper, Marcos Lisboa, a política protecionista gerou uma indústria disfuncional, de fábricas pequenas



Num discurso duro a uma plateia formada por executivos de montadoras e fornecedores de autopeças, o diretor presidente do Insper, Marcos Lisboa, classificou a indústria automobilística como o setor mais protegido da economia brasileira. Também criticou o apoio de segmentos da sociedade, inclusive do setor, a uma agenda que envolveu protecionismo comercial e controle cambial, levando o país à crise.

"Essa crise não é apenas culpa de um governo incompetente. Toda essa agenda de proteger e fechar a economia, controlar câmbio, nos trouxe até aqui. Essa agenda foi apoiada por diversos setores da sociedade, inclusive vocês", disse Lisboa, durante discurso em fórum em São Paulo, acompanhado por Antonio Megale, presidente da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea), entidade que representa as montadoras instaladas no País.

O presidente do Insper também criticou políticas destinadas a induzir o consumo de conteúdo nacional, como o regime automotivo conhecido como Inovar-Auto. "Regras de conteúdo local geralmente não funcionam. Ganhos de competitividade vêm de bens de capital e insumos mais eficientes", assinalou. "Por que nosso empresário não pode ter acesso ao melhor bem de capital do mundo?", questionou o economista.

Para Lisboa, a política protecionista gerou uma indústria disfuncional, de fábricas pequenas. O caminho para melhorar a competitividade passa, na avaliação do economista, pela redução da complexidade tributária, assim como pela ampliação da abertura comercial do Brasil.

Sem nova proposta de patrões, bancários prometem fortalecer a greve

14/09/2016 – Fonte: Gazeta do Povo



Apesar da reabertura das negociações entre bancos e trabalhadores, nesta terça-feira (13), a Fenaban (braço sindical da Febraban, que representa os bancos) insistiu na proposta apresentada na última quinta-feira (9), de reajuste de 7% nos salários e abono de R\$ 3,3 mil. O Comando Nacional dos Bancários manteve a negativa e uma nova rodada de negociações foi marcada para quinta-feira (15).

A proposta não cobre a inflação do período - INPC de agosto fechou em 9,62% - e representa uma perda salarial de 2,39%.

Segundo Elias Jordão, presidente do Sindicato dos Bancários de Curitiba e Região, durante toda a discussão, os bancos desconversaram quando se tratava de emprego e condições de trabalho. "Além de tentarem nos convencer que devemos pensar na inflação futura que, segundo eles [Fenaban], tem projeção de queda, eles não querem discutir o emprego futuro", comenta.

Jordão conta que, depois de algumas horas de reunião sem avanços, foi cobrado da Fenaban a continuidade do diálogo, mas com exigência de uma proposta que atenda os anseios dos bancários e valorize os trabalhadores que geram todo o lucro dos bancos.

Neste oitavo dia de greve, o Paraná tem 735 agências sem atendimento ao público - 70% de todas as agências do estado - e mais de 15 mil trabalhadores paralisados. Em Curitiba, são 321 agências fechadas. Os dados são da Federação dos Trabalhadores em Empresas de Crédito do Paraná (Fetec-CUT-PR). Segundo a instituição, só hoje, 12.009 agências foram fechadas em todo o país.

Adesão é de 9,8 mil bancários de Curitiba em dia de negociação

14/09/2016 – Fonte: Tribuna PR



A greve nacional dos bancários chega ao 8º dia com mais uma rodada de negociação entre os trabalhadores e os representantes dos bancários. Em Curitiba e região, a adesão é de 54% da categoria, com 315 agências bancárias, seis financeiras e 8 centros administrativos paralisados. Nesses locais trabalham 9,8 mil trabalhadores.

Desde o início da greve, em 06 de setembro, as negociações foram retomadas na última sexta (9) e uma nova rodada começa na tarde desta terça (13).

Uma assembleia organizativa já está agendada para quarta-feira (14), ainda sem previsão de votação de proposta. O andamento depende da rodada de negociação, que acontece em São Paulo.

Acompanhe o andamento da negociação pelo site.

Assembleia: Campanha Nacional 2016

Data: quarta-feira, 14 de setembro

Horário: 17h00 [primeira convocação]

17h30 [segunda convocação]

Local: Espaço Cultural e Esportivo dos Bancários

(Rua Piquiri, 380 - Rebouças)

Carteiros fazem assembleia para deflagrar greve no Paraná

14/09/2016 – Fonte: Bem Paraná

Funcionários dos Correios realizam nesta quarta-feira, 14, assembleias para deflagração da greve, aprovada para início a partir das 22 horas.

Em Curitiba, a assembleia será na sede do Sindicato dos Trabalhadores dos Correios no Paraná (Sintcom-PR, à Rua Engenheiros Rebouças, 1595, às 15, 16, 17 horas e 18h30.

Os carteiros querem reajuste de 15% geral nos salários (9,5% referente a inflação do último período e 5,5% de ganho real), R\$ 300,00 de aumento linear no salário, vale-alimentação de R\$ 45,00, vale-cesta no valor de R\$ 400,00 e 15% de reajuste para os demais benefícios.

Seguro-desemprego pesa menos no gasto público

14/09/2016 – Fonte: O Estado de S. Paulo

Entre os primeiros semestres de 2015 e 2016, caíram de R\$ 23,2 bilhões para R\$ 19,3 bilhões, em valores corrigidos pelo IPCA, as despesas com o seguro-desemprego, segundo o Tesouro Nacional.

Mesmo em valores correntes, ou seja, sem descontar a inflação, houve queda de 8,4% nos montantes do benefício. É o resultado de vários fatores, tais como a fiscalização mais rigorosa das fraudes, a mudança nas regras das concessões do benefício e, provavelmente, o aumento do período de desemprego.

Nesta hipótese, há interrupção do benefício após o recebimento da vantagem por período de três a seis meses, que varia conforme o enquadramento do trabalhador.

As despesas com auxílio-desemprego são financiadas pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) ou diretamente pelo Tesouro Nacional, quando o FAT perde receita, como vem ocorrendo nos últimos anos.

Os beneficiários são trabalhadores formais, pescadores artesanais, empregadas domésticas, trabalhadores resgatados (da condição de escravos) ou que perderam a Bolsa de Qualificação Profissional.

Entre 2006 e 2015, a despesa total com seguro-desemprego aumentou, em valores nominais, de R\$ 10,9 bilhões para R\$ 38 bilhões, ou 247%. Os benefícios para os trabalhadores formais cresceram 230%, mas foi muito maior o aumento para pescadores artesanais (703%, de R\$ 331 milhões para R\$ 2,66 bilhões).

Os gastos com a Bolsa Qualificação são menores, mas avançaram 2.250% no período, chegando a R\$ 148 milhões.

O valor das concessões cresceu quando a desocupação era baixa, indício de gestão ruim do programa. O ajuste das regras pela Lei 13.134/2015 vinculou o tempo de duração do benefício ao número de solicitações efetuadas, exigiu tempo mínimo de contribuições e alterou critérios de concessão.

O seguro-desemprego é um dos mais importantes institutos de proteção social dos trabalhadores, mas não pode ser desvirtuado. Cerca de meio milhão de pescadores são beneficiados com um salário mínimo por mês durante o período do defeso, mas a comprovação da atividade é discutível e permitiria a políticos regionais ajudar amigos à custa do Tesouro, mostrou auditoria do Tribunal de Contas da União (TCU).

Corrigir excessos e evitar fraudes é o mínimo a esperar das autoridades, que também prometem um pente-fino nos benefícios de aposentadoria e auxílio-doença do INSS, como noticiou o Estado.

Fiep obtém liminar que garante normalização dos processos de importação e exportação no Porto durante paralisação dos auditores fiscais

14/09/2016 – Fonte: FIEP

Desembargador da 4ª região do TRF exige que se cumpra prazo máximo de oito dias para a realização de despachos aduaneiros em Paranaguá mesmo durante “operação padrão” dos servidores



A Federação das Indústrias do Estado do Paraná (Fiep) obteve na Justiça liminar que exige que os insumos e produtos importados ou exportados por indústrias do Estado sejam analisados e liberados em até oito dias, independentemente da “operação padrão” em vigor, causada pela paralisação dos auditores fiscais.

A decisão é do Desembargador Federal Rômulo Pizzolatti, do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, tomada no último dia 24. A ação coletiva foi proposta pela Fiep.

A decisão garante a regularização do processo de despachos aduaneiros no Porto de Paranaguá em todos os processos de movimentação de cargas pertencentes às indústrias paranaenses, especialmente nos casos de importação e exportação, mesmo durante o período de paralisação dos auditores da Receita Federal, e beneficia todas as empresas associadas aos sindicatos industriais filiados à Fiep.

No despacho, o desembargador informa que, ainda que haja respaldo constitucional para a paralisação, que ocorre em pelo menos dois dias da semana, os prazos previstos na legislação devem ser atendidos para que não haja interrupção das atividades econômicas das empresas por “omissão do serviço público”.

O prazo de oito dias para a conclusão do despacho tem como base o artigo no artigo 4º do Decreto nº 70.235/72.

Em sua decisão, o desembargador informa também que a greve não pode inviabilizar a atividade produtiva das empresas que necessitam da prestação do serviço público.

Parcerias com setor privado podem alavancar investimentos em infraestrutura, diz Robson Andrade

14/09/2016 – Fonte: CNI

Em reunião com o presidente Michel Temer, presidente da CNI destacou relevância da iniciativa privada para programa de concessões. Governo anunciou hoje primeiros projetos incluídos no PPI

O sucesso das privatizações, como o caso da Vale e o setor de telecomunicações, pode ser replicado no setor de infraestrutura brasileira com mais parcerias com a iniciativa privada.

Em reunião com o presidente Michel Temer, nesta terça-feira (13), o presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Robson Braga de Andrade, reforçou a importância do programa de concessões para ampliar os investimentos estruturantes da economia brasileira.

“Falamos da necessidade de que o governo tenha parceiros em setores, não só como nos aeroportos, mas também em portos, petróleo, gás e energia”, disse Andrade, ao fim do encontro.

O presidente da CNI foi ao Palácio do Planalto acompanhado dos presidentes das federações da indústria do Distrito Federal, de Goiás, de Mato Grosso do Sul e Espírito Santo para tratar, entre outros temas, de projetos do Programa de Parceria e Investimentos (PPI), que reuniu seu conselho nesta terça-feira.

PARCERIA E INVESTIMENTO – Criado pela Medida Provisória no 727/2016, o PPI tem como objetivo estreitar a parceria entre o governo federal e o setor privado na execução de obras na área de infraestrutura.

Para a CNI, o aumento da participação privada no aporte de capital e na gestão de empreendimentos é imprescindível para que o país reverta o déficit histórico em áreas como transporte e logística e saneamento básico.

Competitividade deve estar no centro de nova política industrial, diz Anfavea

14/09/2016 – Fonte: Tribuna PR

O presidente da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea), Antonio Megale, disse nesta terça-feira, 13, que diante da perspectiva de maior abertura comercial do País, a busca por melhor competitividade na indústria automobilística deve estar no centro da política industrial que substituirá o regime automotivo a partir de 2018.

Segundo ele, o regime automotivo conhecido como Inovar-Auto, cujas regras vencem no fim do ano que vem, não mostrou os resultados esperados na evolução da competitividade e desenvolvimento do setor, sobretudo na cadeia de autopeças.

Com incentivos ao desenvolvimento de carros mais eficientes, esperava-se, na época do lançamento do Inovar-Auto, em outubro de 2012, que a indústria automobilística brasileira daria um salto tecnológico que permitiria às montadoras do País concorrer no mercado global.

O incentivo para as fábricas de autopeças viria do maior consumo de componentes locais nas linhas de montagem, já que o regime também vinculou a concessão de créditos tributários a compras de insumos nacionais.

O regime automotivo, de política centrada na nacionalização, levou novas montadoras a investir no Brasil, mas com a crise doméstica, o resultado foi uma ociosidade nessa indústria que hoje passa de 50%.

Durante fórum promovido nesta terça-feira em São Paulo pela revista Quatro Rodas, Megale considerou que produzir apenas para o mercado interno talvez não seja a melhor alternativa.

A pergunta, segundo o executivo, é se o País quer ter uma indústria para competir em um mercado de 3 milhões de veículos (tamanho do mercado brasileiro no passado recente) ou no mercado global de 90 milhões de automóveis.

Para dar previsibilidade às empresas, o presidente da Anfavea reafirmou que a próxima política industrial deve ter prazo de dez anos, cinco a mais do que o regime atual.

A política que vai substituir o Inovar-Auto é a prioridade da Anfavea nas negociações com o governo, junto com o programa nacional de renovação de frota, prometido pelo Planalto para o ano que vem.

Megale avaliou que a indústria de veículos talvez esteja enfrentando a pior crise de sua história, mas ele repetiu a expectativa de início de uma recuperação no fim deste ano.

“A principal crise, que é a crise política, começa a mostrar sinais de estabilização. Ontem, tivemos mais um avanço. Começamos a observar um clima um pouco melhor”, afirmou Megale, numa referência à cassação do ex-deputado Eduardo Cunha, selada na segunda-feira, 12, na Câmara.

Novo modelo de financiamento estimula participação privada

14/09/2016 – Fonte: O Globo



O novo programa de concessões incluiu mudanças no modelo de estruturação financeira e financiamento de projetos. Saem de cena os empréstimos-ponte do BNDES, usados para financiar despesas iniciais e capital de giro, e entra no lugar o estímulo à maior emissão de debêntures (títulos de dívida).

Com este novo formato, a intenção do governo é estimular a participação do mercado de capitais no financiamento à infraestrutura, algo que já havia sido tentado em outras ocasiões, mas que ainda não surtiu o efeito esperado.

De acordo com a nova estrutura, caso não haja interesse privado, a operação será amparada por recursos públicos federais. Ainda assim, a avaliação de especialistas é que há menor intervenção estatal no crédito a concessões.

O governo publica hoje um decreto que simplifica a emissão de debêntures de infraestrutura, segundo Gilberto Occhi, presidente da Caixa Econômica Federal. Assim, todo projeto incluído no programa, automaticamente, ganhará as isenções fiscais que hoje dependem de avaliação dos ministérios.

Segundo Maria Silvia Bastos Marques, presidente do BNDES, os empréstimos serão feitos “preferencialmente” com investimentos em debêntures, que depois podem ser negociadas no mercado financeiro, dando ao banco público uma porta de saída do empreendimento.

Mas, se não for possível, o BNDES financiará até metade do valor de empréstimo, dependendo do setor — até 40% para aeroportos, até 50% para rodovias. No caso do saneamento, que tem regras diferenciadas, o banco vai financiar até 80% dos projetos.

ENTRADA DE 20% DO CAPITAL

Para Maria Silvia, essas debêntures são uma oportunidade para os chamados investidores institucionais, ou seja, para os fundos de pensão que têm investimentos de longo prazo. Segundo levantamento da Secretaria de Assuntos Econômicos (Seae), do Ministério da Fazenda, porém, 47% dos R\$ 15,56 bilhões em debêntures de infraestrutura já emitidas no país estão nas mãos de pessoas físicas.

O governo vai usar, portanto, o capital disponível de BNDES e FI-FGTS para comprar debêntures e alavancar esses mercados, mas a demanda privada dependerá da apresentação de taxas de retorno adequadas.

Para alguns analistas e empresários, no entanto, o modelo de financiamento do BNDES guarda semelhanças com o que vinha sendo adotado na gestão anterior e suscita dúvidas, especialmente quanto ao interesse de investidores por esses papéis.

— O modelo de financiamento é parecido com o do PIL (Programa de Investimentos em Logística) 2, mas, de lá para cá, nada foi feito. A diferença está no ambiente em que essas condições de financiamento estão sendo apresentadas.

Há um certo otimismo nessa história (de que o mercado vai aderir), mas há probabilidade de sucesso maior. Ela dependerá muito de como o governo vai vender o modelo no exterior — avaliou Paulo Resende, coordenador do núcleo de logística da Fundação Dom Cabral.

Os projetos exigirão capital maior dos empreendedores. Em qualquer um dos setores, o consórcio terá de arcar com ao menos 20% da participação nos investimentos, o que significa alavancagem de até 80% com crédito. No governo Dilma Rousseff, financiava-se até 100% da obra.

Já o Banco do Brasil (BB) terá papel de intermediário entre os setores público e privado, atraindo os bancos nacionais e estrangeiros a um “sindicato de bancos” para atuar, principalmente, no início das concessões, até que as obras comecem a gerar caixa.

— No início zero, emitimos debêntures para os projetos, e os bancos privados vão garantir essas debêntures na medida em que a construção vá acontecendo. Na fase mais crítica dos projetos, que é a construção, o sindicato de bancos passa a fazer a fiança da operação — explicou Paulo Caffarelli, presidente do BB.

O BNDES deixará de oferecer o empréstimo-ponte, mas antecipará a conclusão do crédito de longo prazo, cuja análise é mais demorada, para o momento seguinte à assinatura dos contratos. Isso reduz o risco do empreendedor, explicou Caffarelli. A medida facilita a transferência do controle dos consórcios antes do início das obras, uma vez que a situação financeira já esteja garantida.

— O empréstimo-ponte, na prática, já tinha morrido, tal a dificuldade que algumas empresas estão tendo para conseguir o crédito de longo prazo. Essa questão do financiamento terá de ser aprofundada. Ainda existem lacunas.

Não está claro como as empresas vão se financiar até conseguirem o financiamento de longo prazo — afirmou José Carlos Rodrigues Martins, presidente da Câmara Brasileira da Indústria de Construção (Cbic).

Meirelles: PPI é salto à frente no processo de ajuste e retomada da indústria

14/09/2016 – Fonte: Tribuna PR

O ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, disse nesta terça-feira, 13, em vídeo publicado no site do Palácio do Planalto, que o Programa de Parceria em Investimentos (PPI), lançado hoje pelo governo, representa um “salto à frente” no processo de ajuste e retomada do crescimento da indústria brasileira. Segundo ele, o chamado “Projeto Crescer” visa agilizar, desburocratizar e criar um marco regulatório que permita que as concessões e privatizações realmente deslanchem.

“Será um processo transparente, competitivo, com menor preço para o usuário, mas, que em última análise, aumente a eficiência da economia brasileira”, avaliou.

Para o ministro, com o aumento do investimento em infraestrutura, haverá geração de empregos e, por consequência, maior demanda. Após essa fase, na medida que as obras sejam finalizadas, haverá menor custo de transporte e maior conforto para usuário, além de energia mais abundante e mais barata.

“Trata-se de todo um processo para que se aumente a produtividade do País, diminuindo o custo Brasil. Temos também a privatização de algumas empresas estatais com expectativa de maior eficiência, mais qualidade de serviço e também arrecadação para a União através de impostos e de uma maior capitalização das companhias proprietárias dessas subsidiárias”, afirmou, referindo-se, por exemplo, à venda de distribuidoras de eletricidade do Grupo Eletrobras.

Meirelles disse ainda que o processo de concessões envolverá a participação de investidores nacionais e estrangeiros. “É importante que a taxa de retorno seja atrativa e que o marco regulatório seja estável, isto é, que haja confiança de que as regras não terão mudanças constantes. É o clássico binômio: rentabilidade e previsibilidade”, concluiu.

Investidor está otimista com Brasil, mas quer avanço na reforma fiscal, diz BofA

14/09/2016 – Fonte: Tribuna PR

O investidor estrangeiro está otimista com o Brasil, mas quer ver mais avanços nas reformas fiscais antes de aumentar sua exposição aos ativos brasileiros, que já subiram bastante nos últimos meses. A conclusão é da equipe brasileira do Bank of America (BofA), que se reuniu na semana passada com um grupo de 35 investidores em Londres.

Segundo relatório, assinado pelo economista David Beker, o sentimento geral dos estrangeiros em relação ao Brasil é positivo. “Entretanto, os clientes reforçaram a necessidade de progressos concretos na agenda de reformas para que haja um novo ganho nos preços dos ativos brasileiros. Além disso, esse potencial ganho seria condicionado a um ambiente externo positivo”, diz o texto.

Os economistas do BofA comentam que se encontraram com clientes que, até pouco tempo atrás, não estavam interessadas em entrar no mercado brasileiro, dado o risco elevado, e agora estão correndo para tirar o atraso.

“A recente correção em ativos mais arriscados pode desencadear uma entrada de recursos, se houver uma clareza maior sobre o cenário global”, explicam.

O BofA diz ainda que uma melhora no rating do Brasil no curto prazo é improvável, mas que as agências de risco podem remover a observação negativa se o governo conseguir aprovar a PEC dos gastos e avançar com a reforma da Previdência. "Uma elevação do rating no próximo ano é possível, mas vai depender das reformas fiscais e do desempenho econômico."

Os analistas do banco apontam que receberam diversas perguntas dos investidores sobre a política cambial do Banco Central. A grande dúvida é o que a autoridade vai fazer após zerar o estoque de swap cambial tradicional, o que deve ocorrer no fim deste ano.

"Em geral, nossos clientes acreditam que o BC não está disposto a elevar as reservas internacionais, dado o alto custo e o fato de que ainda não há dólar spot para ser comprado (os bancos locais estão vendidos em US\$ 29,4 bilhões). Sobre os swaps, o BC poderia assumir uma posição líquida comprada em dólares, mas a percepção é de que a autarquia não gosta deste instrumento", relatam.

O banco norte-americano indica ainda que as reformas fiscais são essenciais para manter as expectativas de inflação ancoradas e permitir uma redução dos juros. Segundo o relatório, os investidores internacionais acreditam que o BC pode reduzir a Selic em mais de 4,00 pontos percentuais. O BofA em si tem uma visão menos agressiva e prevê que o ciclo de afrouxamento deve ser de 3,00 pontos percentuais, começando já em outubro.

Programa mudará panorama de concessões, diz novo embaixador do Brasil nos EUA

14/09/2016 – Fonte: Bem Paraná

O programa de concessões do governo de Michel Temer, uma de suas principais apostas para retomar o investimento e criar empregos, incluirá inovações que mudarão o panorama, disse nesta terça (13) o novo embaixador do Brasil nos EUA, Sérgio Amaral. O diplomata participou de seu primeiro debate público desde que chegou à capital americana para assumir o posto, há pouco mais de uma semana.

Em evento do Brazil Institute, do Wilson Center, Amaral indicou que Moreira Franco, secretário-executivo do Programa de Parcerias de Investimentos, apresentará detalhes das mudanças a investidores quando estiver em Nova York na próxima semana, na delegação do presidente Temer.

"O ministro Moreira Franco, que virá a Nova York na semana que vem, tem ideias, eu diria, muito inovadoras em relações às concessões. E é preciso que as pessoas aqui escutem isso. Porque vai mudar o panorama do programa de concessões. Quando você diz que quer definir com as empresas o marco regulatório, porque eu quero que ele seja friendly [amigável], é uma mudança", disse.

Além de dar mais tempo para as empresas se prepararem, explicou o embaixador, há ideias como fazer as licenças ambientais antes das licitações, "o que é inteiramente correto". Ele aposta numa nova era nas relações entre Brasil e EUA, com ênfase no comércio.

Amaral não soube dizer se Temer terá um encontro na próxima semana com o presidente dos EUA, Barack Obama, durante a Assembleia Geral da ONU. Mas enfatizou que isso "seria muito positivo", porque "é um momento novo da relação".

Segundo o diplomata, há uma "convergência" de interesses. "Infraestrutura e energia vão ser duas áreas muito importantes na relação, porque existe uma disposição muito favorável", disse Amaral, citando como exemplo o etanol de segunda geração, o gás de xisto e projetos de infraestrutura.

"Isso abre um espaço enorme para o investimento americano. As empresas americanas estão no Brasil há cem anos, então você não sente o movimento como o de novos parceiros, como os chineses, que estão chegando com apetite."

IMPEACHMENT Amaral defendeu a legitimidade do impeachment de Dilma Rousseff, que considerou "uma lição de democracia". Também considerou um avanço a cassação do ex-presidente da Câmara dos Deputados Eduardo Cunha.

"Do ponto de vista da percepção do Brasil e do processo de impeachment, o impacto é certamente positivo", disse. Segundo ele, a efetivação do governo Temer abre uma nova era na diplomacia brasileira, que volta a refletir "os interesses e valores" do país, e não de um partido político. "Isso é uma enorme mudança", afirmou.

Para Amaral, a reorientação da diplomacia brasileira também permite um recomeço nas relações com os EUA. "Podemos ter uma relação madura, onde pode haver diálogo. Isso não quer dizer concordância.

A relação com os EUA sempre foi contaminada por uma ideia falsa, de que só pode ser de adesão ou de resistência. Mas a Guerra Fria acabou", disse. Embaixador aposentado, Amaral voltou à ativa na carreira diplomática por nomeação do governo Temer, de cujo núcleo principal ele participou desde o início. Foi também porta-voz e ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior do governo de Fernando Henrique Cardoso e presidente do CEBC (Conselho Empresarial Brasil-China).

Amaral reconheceu que a ambição do governo de agilizar acordos comerciais deve esbarrar na onda de protecionismo que atinge várias partes do mundo, incluindo a Europa e os EUA. Isso se reflete na vitória do "sim" à saída do Reino Unido da União Europeia e no discurso dos candidatos presidenciais americanos, ambos reticentes a acordos comerciais.

"É uma ironia da história. Na hora em que a gente está pronta para sentar à mesa, os nossos parceiros não estão. É preciso reconhecer que isso é uma realidade. E tem que correr para recuperar o tempo perdido", disse o embaixador, observando que o Mercosul só fez três acordos comerciais em duas décadas.

"Outros países fizeram muito. O México tem 30 ou 40 acordos". Segundo ele, o Mercosul já foi o destino de 17% das exportações brasileiras, hoje representa 9%, "porque nós fomos tolerantes com um processo de inclusão de restrições cada vez maiores ao comércio".

Com plano de concessões, governo pretende reativar economia e gerar empregos

14/09/2016 – Fonte: Gazeta do Povo

Batizado de Crescer, plano com 34 projetos terá à disposição R\$ 30 bilhões de bancos públicos com juros subsidiados



O governo Temer lançou na terça-feira (13) um novo programa de concessões e venda de ativos públicos para tentar reativar a economia com investimentos em infraestrutura e, de quebra, engordar os cofres públicos com receitas adicionais pela cobrança de outorgas.

O plano, batizado de Crescer, é composto de 34 projetos de rodovias, ferrovias, portos, aeroportos, mineração, petróleo e gás e energia elétrica em pelo menos 19 estados – o Paraná ficou de fora.

O programa contará com pelo menos R\$ 30 bilhões em dinheiro com juros subsidiados por bancos públicos e pelo Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). Para tornar os novos projetos atraentes para os investidores, o governo promete ainda menos intervenção nos leilões, segurança jurídica e taxas de retorno e tarifas definidas por regras de mercado.

O Planalto também vai baixar uma medida provisória que permitirá renegociar os termos de contratos de concessões antigas que hoje enfrentam dificuldades financeiras. Esses projetos também poderão ser retomados e oferecidos pelo governo a outros investidores em novos leilões.

O governo anunciou que haverá R\$ 12 bilhões do FI-FGTS, fundo que investe em infraestrutura com recursos dos trabalhadores, e outros R\$ 18 bilhões do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). "Teremos condições de ter um volume muito maior", informou o presidente da Caixa, Gilberto Occhi. "O volume será mensurável de acordo com o apetite dos empresários."

Ao contrário do que foi feito no governo Dilma, as concessões não terão mais o BNDES como principal financiador. O banco continuará a oferecer empréstimos corrigidos pela Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), mas em proporção menor que os 70% oferecidos no governo anterior. O máximo será de 50% para rodovias e 40% para aeroportos.

As concessões precisarão ser financiadas em pelo menos 20% por meio de bancos privados. A parcela que ficar faltando entre o empréstimo privado e o do BNDES será coberta com a emissão de debêntures. Dessas, o banco e a Caixa poderão adquirir até 50% do total emitido. Até que a concessão comece a gerar receitas, haverá uma fiança bancária que poderá ser obtida em bancos públicos ou privados.

Gerar empregos é prioridade

Ao abrir a reunião do Programa de Parceria em Investimentos (PPI) em que o plano foi apresentado, o presidente Michel Temer disse que a geração de empregos é o objetivo central da iniciativa.

Mas os novos empreendimentos só devem começar a gerar empregos no fim do próximo ano.

Os primeiros leilões estão marcados para o primeiro trimestre de 2017. Devido ao tempo para assinatura de contratos e definição do financiamento, as obras costumam demorar de nove meses a um ano para ter início.

Programa de Parcerias de Investimentos (PPI)

O novo plano de concessões e privatizações do governo federal tem 34 projetos em pelo menos 19 estados. Nenhum deles no Paraná. Acompanhe:



Aeroportos

Porto Alegre, Salvador, Florianópolis e Fortaleza



Portos

Terminal em Santarém, no Pará

Terminal no Rio de Janeiro



Rodovias

BR-364 e 365 (Goiás-Minas Gerais)
BRs 101/116/290/386 (Rio Grande do Sul)



Ferrovias

- Norte-Sul (São Paulo, Minas Gerais, Goiás e Tocantins)
- Ferrogrão (Mato Grosso e Bahia)
- Bahia



Setor elétrico

Distribuidoras de energia (Amazonas, Roraima, Acre, Alagoas, Piauí e Roraima)
Hidrelétricas (são três, todas em Minas Gerais)



Saneamento

Rio de Janeiro, Rondônia e Pará



Energético/combustíveis

Estão previstos ainda editais na área de petróleo e gás:

A 4ª rodada de licitação de campos marginais terrestres (Bahia, Espírito Santo e Rio Grande do Norte);

A 2ª rodada de licitações do pré-sal sob o regime de partilha de produção (áreas unitizáveis);

A 14ª rodada de licitação de blocos sob o regime de concessão;

Venda de ativos da Companhia de Pesquisa e Recursos Minerais.



Paraná fica fora da lista de concessões do governo Temer

14/09/2016 – Fonte: Gazeta do Povo

Entidades acreditam que o governo dará andamento aos projetos previstos para o estado a partir de 2017



O Paraná ficou de fora do pacote de concessões do governo Michel Temer (PMDB) lançado nesta terça-feira (13) durante a primeira reunião do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI). A decisão, porém, não surpreendeu os representantes do setor produtivo paranaense, que acreditam que o governo dará andamento aos projetos previstos nas áreas portuária, rodoviária e ferroviária ao longo de 2017.

O PPI dá continuidade ao Programa de Investimentos em Logística (PIL) criado durante o governo Dilma Rousseff (PT) para destravar investimentos em infraestrutura para o país.

A segunda fase do PIL, lançada em 2015, previa investimentos de mais de R\$ 10 bilhões em rodovias, ferrovias e portos do Paraná.

As duas principais obras previstas eram a Rodovia do Frango, que inclui trechos de estrada do Paraná e Santa Catarina, com investimentos de até R\$ 4,5 bilhões e o arrendamento de seis terminais portuários (três de grãos, um de celulose, um de granéis minerais e um contêiner) em Paranaguá, com aportes que somariam até R\$ 1,2 bilhão.

Na área de portos, o diretor-presidente da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina (Appa), Luiz Henrique Dividino, avalia que o governo só incluiu o que estava fase final de concessão. O arrendamento dos terminais em Paranaguá está em fase de instrução pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) e a expectativa da Appa é que o leilão saia até o primeiro trimestre de 2017.

Já o projeto da Rodovia do Frango deve ser revisto, segundo João Arthur Mohr, secretário-executivo do conselho temático de infraestrutura da Federação das Indústrias do Estado do Paraná (Fiep). Ele explica que o projeto previa a duplicação de toda a rodovia em cinco anos, mas que com o aumento da taxa básica de juros (Selic) as tarifas propostas ficam muito altas. O valor estava em R\$ 14 a cada 100 quilômetros. A expectativa é que o novo projeto elimine a obrigação de concluir a obra em cinco anos.

Avaliação positiva

Para Luiz Henrique Dividino e João Arthur Mohr, o lançamento do PPI foi um passo importante para destravar investimentos em infraestrutura. Segundo eles, o programa estabeleceu uma série de regras que dão mais segurança ao investidor, principalmente para o capital estrangeiro.

Entre as ações favoráveis estão a criação de um fundo para elaboração dos projetos, a ampliação para 100 dias de intervalo entre a publicação do edital e a realização do leilão, a obrigação de publicar todos os editais também em inglês e determinação de que os próximos projetos só sejam concedidos após o governo obter licença ambiental prévia.

A expectativa da Fiep é que aconteça uma reunião em outubro com o ministro Maurício Quintella e o secretário-executivo do PPI, Moreira Franco, para discutir o andamento dos projetos. A prioridade é o arrendamento dos terminais em Paranaguá, seguido da triplicação da capacidade de transporte da malha ferroviária paranaense.

Para a Federação da Agricultura do Estado do Paraná (Faep), a principal demanda é a duplicação do Anel de Integração, o que não depende do governo federal.

Programa de Parcerias de Investimentos (PPI)

O novo plano de concessões e privatizações do governo federal tem 34 projetos em pelo menos 19 estados. Nenhum deles no Paraná. Acompanhe:



Aeroportos

Porto Alegre, Salvador, Florianópolis e Fortaleza



Portos

Terminal em Santarém, no Pará
Terminal no Rio de Janeiro



Rodovias

BR-364 e 365 (Goiás-Minas Gerais)
BRs 101/116/290/386 (Rio Grande do Sul)



Ferrovias

- Norte-Sul (São Paulo, Minas Gerais, Goiás e Tocantins)
- Ferrogrão (Mato Grosso e Bahia)
- Bahia



Setor elétrico

Distribuidoras de energia (Amazonas, Roraima, Acre, Alagoas, Piauí e Roraima)
Hidrelétricas (são três, todas em Minas Gerais)



Saneamento

Rio de Janeiro, Rondônia e Pará



Energético/combustíveis

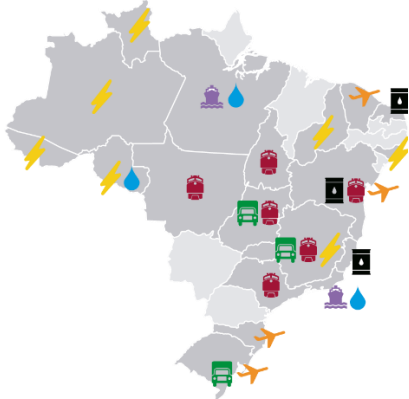
Estão previstos ainda editais na área de petróleo e gás:

A 4ª rodada de licitação de campos marginais terrestres (Bahia, Espírito Santo e Rio Grande do Norte);

A 2ª rodada de licitações do pré-sal sob o regime de partilha de produção (áreas unitizáveis);

A 14ª rodada de licitação de blocos sob o regime de concessão;

Venda de ativos da Companhia de Pesquisa e Recursos Minerais.



Fonte: Programa de Parcerias de Investimentos (PPI). Infografia: Gazeta do Povo.

Seu emprego está ameaçado pelas máquinas? Especialistas indicam quais são as áreas de risco

14/09/2016 – Fonte: Gazeta do Povo

O Fórum Econômico Mundial, em janeiro deste ano, deu o pontapé inicial na discussão: cinco milhões de empregos serão perdidos nos próximos cinco anos com a tecnologia avançando nas fábricas, a chamada Indústria 4.0. Para um grupo de especialistas que são referências mundiais em inteligência artificial (IA) -- campo que estuda robótica, softwares inteligentes e afins -- não para por aí.

Profissões que exigem habilidades cognitivas (aquelas que pensávamos estar restritas aos humanos, como a capacidade de interpretação de um advogado) também estão ameaçadas no longo prazo. Mas isso não é necessariamente ruim.

A constatação faz parte do primeiro relatório do projeto "Cem Anos de Estudo em Inteligência Artificial (AI100)", da Stanford University, dos Estados Unidos – uma iniciativa ousada que pretende acompanhar a evolução destas novas tecnologias pelo próximo centenário. O documento, divulgado no início do mês, traça um panorama de como a vida já foi afetada e como tende a ser no futuro próximo.

Mas, afinal, o seu emprego será tomado por uma máquina? Os cientistas são taxativos: muitas tarefas serão eliminadas, mas isso pode ser muito mais uma oportunidade do que motivo de puro desespero. Entenda os principais pontos:

Quem já foi afetado?

De acordo com o relatório, a tecnologia já ocupou o emprego, sobretudo, de "trabalhadores com qualificação média, como agentes de viagens, mais do que daqueles com alta ou baixa qualificações". Para os autores, a tecnologia, hoje, é capaz de desempenhar bem funções que exigem "rotina" [linhas de montagem e fábricas, por exemplo].

Quem ainda vai ser afetado e em quanto tempo?

"O espectro de tarefas desempenhadas pelos sistemas digitais está se ampliando na medida em que a inteligência artificial se desenvolve, o que provavelmente irá ampliar o conceito do que é rotina", defendem os autores. Para eles, logo a inteligência artificial será capaz de realizar serviços que historicamente nunca foram feitos por máquinas [é o caso dos veículos sem motoristas, aparentemente apenas uma questão de tempo].

Para os especialistas, as mudanças se darão de forma gradual. "A maior parte do trabalho de um advogado ainda não é automatizada. Mas a inteligência artificial, quando usada na extração e análise de informação jurídica, substitui boa parte do trabalho de um advogado recém-formado", exemplifica o documento. [Leia sobre o "robô-advogado" que faz defesa gratuita em ações de despejo e multas de trânsito e sobre o robô "contratado" por um dos maiores escritórios dos EUA].

Estudo de cem anos

O AI 100 é uma das iniciativas mais importantes de estudo da inteligência artificial. O projeto é coordenado pelo cientista da computação Eric Horowitz, ex-presidente da Associação para Avanços da Inteligência Artificial, e pelo bioengenheiro e cientista da computação Russ Altman. Ambos são professores da Stanford University.

Para elaborar o relatório, os pesquisadores contaram com um painel de estudiosos de novas tecnologias, como Erik Brynjolfsson, do MIT; David Parkes, de Harvard, e Oren Etzioni, do Allen Institute.

O grupo se renovará pelos próximos anos, elaborando relatórios a cada meia década. O projeto está previsto para durar cem anos.

Em um futuro não muito distante, uma diversificada gama de empregados, "de radiologistas a motoristas de caminhão, passando por jardineiros", será afetada.

As profissões com habilidades cognitivas estão a salvo?

Habilidades cognitivas são aquelas que exigem, de forma simplificada, mais criatividade do que conhecimento estritamente técnico, como o trabalho de um publicitário. Para os especialistas, a tecnologia não invadirá tais campos tão rapidamente.

“Há medo de alguns setores de que os avanços da inteligência artificial sejam tão rápidos que possam substituir todos os postos de trabalho – inclusive naquelas profissões com capacidades cognitivas ou que exijam julgamento -- em apenas uma geração. Este cenário súbito é altamente improvável”, diz o relatório.

Apesar disso, o documento descreve que a IA irá “gradualmente invadir quase todos os setores de emprego, exigindo uma mudança do trabalho humano”.

As empresas vão 'encolher'?

Com estrutura automatizada, é natural que as empresas não tenham mais estruturas imensas. “Com a IA assumindo muitas das funções, não será preciso grandes organizações”. Isso explica porque, segundo o relatório, já existem empresa de alto perfil com um pequeno número de funcionários.

Além disso, a localização da força de trabalho será menos restrita, sem implicar em perda de qualidade.

Qual será o efeito de tudo isso?

Estas mudanças vão exigir ações políticas responsivas de segurança social capazes de proteger as pessoas da ruptura econômica. “Com políticas atenuantes ausentes, os beneficiários dessas mudanças podem ser somente um pequeno grupo no topo da pirâmide social”, defende o relatório.

Uma das soluções sociais a longo prazo é criar uma renda básica aos que estiverem fora do mercado de trabalho -- países como a Suíça e a Finlândia já pensam em tais medidas. “Como as crianças nas sociedades tradicionais apoiam financeiramente seus pais, talvez nossos “filhos” artificialmente inteligentes devam nos ajudar, os “pais” da sua inteligência”, dizem os especialistas.

Isso é ruim?

“Embora o trabalho tenha seu valor intrínseco, a maior parte das pessoas trabalha para poder adquirir bens e serviços que precisam. Como os sistemas de IA executam o trabalho anteriormente incumbido ao humano, eles podem diminuir o custo de muitos produtos e serviços, tornando efetivamente todos mais ricos”, dizem os autores.

“Mas, como mostram os debates políticos, a perda de emprego chama mais atenção das pessoas – especialmente as afetadas diretamente – do que difundir ganhos econômicos, e a IA, infelizmente, é muitas vezes enquadrada como uma ameaça aos empregos, em vez de uma bênção para os padrões de vida”, conclui.

Artigo: Já passou da hora de promover a abertura comercial no Brasil

14/09/2016 – Fonte: Gazeta do Povo

O isolacionismo brasileiro, com proteção excessiva, ausência de metas e barreiras para importação de insumos, tem sido uma receita certa para o fracasso

Dentre muitas das jabuticabas econômicas do Brasil, talvez o isolacionismo comercial seja uma daquelas que mais nos prejudicam. É com um certo espanto que assistimos ao atual ministro das Relações Exteriores, José Serra, chamar de “folclórica” esta situação. Não resta dúvida: independentemente da métrica utilizada para mensurar abertura comercial, ou verificar a importância do comércio exterior na economia brasileira, o Brasil se encontra junto aos países estranhos à maior inserção internacional.

A métrica mais comum (e simples, portanto com algumas limitações), é a de mensuração de abertura comercial via corrente de comércio (exportação acrescida das importações) em relação ao PIB. Utilizando a base de dados do Banco Mundial, a participação do setor externo na economia brasileira foi de 27,4% do PIB em 2015.

Por sua vez, esse indicador está na casa dos 50,7% quando olhamos o grupo de países de renda média – pouco menos que os países de renda alta, que apresentaram 60,3% de abertura comercial em 2015. Assim, nosso país tem praticamente a metade de abertura média desses dois grupos.

A proteção excessiva reduz os incentivos para investimento em inovação

Não por acaso, quando avaliamos a evolução desse indicador de 1990 até 2015, o Brasil mostrou um aumento de 12,2 pontos percentuais em seu grau de abertura comercial, ao passo que os dois grupos exibiram aumento de 17 e 19,3 pontos percentuais, respectivamente.

Em igual período, enquanto a renda per capita do Brasil (em paridade poder de compra) cresceu 35,6%, a dos países de renda alta aumentou 46,6% e a dos de renda média cresceu incríveis 129,1%.

Apesar do nosso ótimo desempenho econômico no início deste século, ainda ficamos muito aquém da média do grupo de países no qual nos encontramos (os de renda média).

O país ainda tenta combater a internacionalização e a fragmentação com políticas ideológicas quase que mercantilistas e obsoletas. O reflexo disso é bem claro: o Brasil vem constantemente apresentando piora nos rankings de competitividade.

Segundo o atual *Global Competitiveness Report* do World Economic Forum, que mede diversos indicadores e os pondera de forma a dar uma nota à competitividade do país, das 140 economias avaliadas, o Brasil ocupa apenas a 133.º posição no ranking de competição doméstica, estando também apenas na 80.º posição no ranking de capacidade de inovação. A proteção excessiva reduz os incentivos para investimento em inovação.

Além disso, quando olhamos o *Doing Business 2015*, famoso relatório do Banco Mundial que mede, avalia e compara os tempos e custos para realizar alguns tipos de transações econômicas para uma lista de 189 países, o Brasil ocupa apenas o 116.º lugar, ilustrando a dificuldade de se fazer negócio de forma competitiva no país.

Devemos adotar uma política industrial em que a indústria doméstica seja exposta gradativamente à competição internacional. As evidências empíricas indicam que um dos principais motores do investimento em inovação é a pressão competitiva exercida pelos concorrentes.

A decisão por uma maior integração do país ao comércio internacional praticamente nos obrigaria a políticas de redução da carga tributária, melhoria da infraestrutura e de aumento na qualidade do ensino, requisitos básicos para uma nação manter-se competitiva. Todavia, é importante lembrarmos que mudanças de rumo na política industrial e comercial de um país tendem a enfrentar forte mobilização de grupos organizados.

O isolacionismo brasileiro, com proteção excessiva, ausência de metas e barreiras para importação de insumos, tem sido uma receita certa para o fracasso. Países que evitaram essa receita naturalmente conseguiram mudar a estrutura de sua economia e crescer de forma sustentada, como é o caso dos chamados Tigres Asiáticos.

Enquanto continuarmos nos escondendo da competição internacional, nos manteremos constantemente lutando contra moinhos de vento do subdesenvolvimento, com baixa renda e produtividade. O país ficará velho antes de se tornar avançado.

Arthur L. Mota é economista e editor do site [Terraço Econômico](#).

Prêmio Ozires Silva abre inscrições para projetos que valorizam o empreendedorismo e sustentabilidade

14/09/2016 – Fonte: Gazeta do Povo



Estão abertas as inscrições para a 10.^a edição do Prêmio Ozires Silva de Empreendedorismo Sustentável, iniciativa que reconhece os melhores projetos que contribuem para o desenvolvimento da sociedade. As inscrições são gratuitas e podem ser realizadas até o dia 7 de dezembro. Os vencedores serão conhecidos em fevereiro de 2017, durante festa que acontecerá em Curitiba.

Em sua décima edição, o prêmio está dividido em quatro categorias: empreendedorismo social, empreendedorismo ambiental, empreendedorismo na educação e empreendedorismo econômico. Podem participar empresas de todos os portes, comunidade acadêmica e pessoas físicas que tenham projetos em uma das quatro categorias.

A última edição premiou 20 dos 128 projetos inscritos. Os vencedores vieram dos estados do Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo. Entre eles, estava o projeto Voluntariado Líder Especial, que conecta gestores com diretores de escolas filantrópicas de educação especial para a promoção da liderança. A iniciativa é da Asid, organização sem fins lucrativos de Curitiba que presta consultorias de gestão para instituições que atendem pessoas com deficiência.

O prêmio é uma iniciativa do Instituto Superior de Administração e Economia (ISAE) e do Grupo Paranaense de Comunicação (GRPCOM) e homenageia Ozires Silva, ex-ministro e fundador da Embraer.

Inscrições

As inscrições para o 10º Prêmio Ozires Silva de Empreendedorismo Sustentável são gratuitas e podem ser realizadas até o dia 7 de dezembro por meio do [site do prêmio](#). Os vencedores serão conhecidos na festa de premiação, que será realizada em Curitiba, no dia 8 de fevereiro de 2017. Mais informações pelo e-mail premio@isaebrazil.com.br ou (41) 3388-7817.

Ibama multa e paralisa usina a carvão da Eletrobrás

14/09/2016 – Fonte: Tribuna PR

O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) determinou a paralisação imediata das atividades de um complexo de usinas térmicas a carvão da Eletrobrás em operação no Rio Grande do Sul e multou a estatal em mais de R\$ 75 milhões.

A decisão foi tomada após auditoria feita pelo órgão ambiental, que identificou violações nos limites máximos de lançamentos de óleos e graxas que poderiam ser feitos pela planta da usina.

A decisão foi comunicada na terça-feira, 13, à Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica (Eletrobrás CGTEE). Além do lançamento de materiais tóxicos no meio ambiente acima do limite estabelecido, o Ibama registrou índices de emissões atmosféricas fora dos padrões estabelecidos e falta de apresentação de relatórios de monitoramento obrigatórios. Na avaliação do órgão de fiscalização ambiental, a empresa descumpriu uma série de obrigações que tinha assumido em recente termo de ajustamento de conduta.

A ordem de embargo dada pelo Ibama atinge o maior projeto de geração a carvão da Eletrobrás CGTEE, a usina termoelétrica Presidente Médici (Candiota II). Ao todo, a usina recebeu quatro multas do órgão ambiental. Com capacidade de 446 megawatts (MW), é a segunda maior usina movida a carvão do País, só inferior à térmica Porto do Pecém I (antiga MPX), que tem capacidade de 720 MW.

Na terça-feira, durante o lançamento do Programa de Parcerias em Investimento (PPI) realizado no Palácio do Planalto, o ministro de Minas e Energia (MME), Fernando Filho, anunciou planos de licitar uma nova área de exploração de carvão em Candiota, na fronteira com o Uruguai. Outros projetos de geração de energia aguardam licenças ambientais na região.

Duas grandes empresas chinesas, a Power China Sepco e a Hebi Company Energy, já anunciaram parceria com investidores gaúchos para erguer uma nova usina movida a carvão em Candiota. A usina, batizada de Ouro Negro, que prevê gerar 600 megawatts (MW), está avaliada em R\$ 4 bilhões e aguarda a licença prévia ambiental do Ibama para que possa oferecer sua energia em leilões do governo e viabilizar sua construção.

Mudança

Hoje, o Brasil tem 13 usinas a carvão em operação, que somam 3.389 MW de potência, o equivalente a 2,4% de toda a potência elétrica do País. A geração de energia pela queima de carvão mineral tinha sido praticamente banida do Brasil, que passou nove anos sem contratar nenhum projeto baseada nessa fonte por causa de seu forte impacto ambiental.

A situação mudou em novembro de 2014, quando a Tractebel Energia, empresa do grupo Engie, fechou negócio para construção da Usina Pampa Sul, que está com obras em andamento em Candiota. Procurada pela reportagem, a Eletrobrás CGTEE não se pronunciou.

Kuczynski levanta preocupações sobre linha ferroviária entre Brasil e Peru

14/09/2016 – Fonte: Tribuna PR

O presidente do Peru, Pedro Pablo Kuczynski, disse hoje que companhias chinesas estavam interessadas em investir em refinarias e oficinas de fundição no seu país, mas levantou preocupações sobre o projeto dos chineses para uma linha ferroviária transamazônica.

“Eles nos disseram que estão absolutamente abertos a considerar a industrialização de parte dos minerais que eles produzem no Peru porque eles querem reduzir a contaminação”, disse Kuczynski à emissora de rádio local, RPP Noticias.

Kuczynski, que regressou de Pequim nesta semana, de sua primeira viagem internacional desde que assumiu o cargo, em 28 de julho, prometeu aumentar as exportações ao construir novas oficinas de fundição e refinarias para processar concentrados minerais em metais de maior valor.

Mas o mandatário levantou dúvidas sobre a proposta chinesa para um projeto de infraestrutura bilionário na região, para uma linha ferroviária que ligaria a costa peruana aos portos brasileiros.

“Eu disse a eles, sem confrontar, que esse trem transamazônico teria preços elevados, e poderia ter impactos ambientais, e eles tem de ver isso com muito cuidado”, acrescentou.

Alto custo para 'decifrar' impostos favorece sonegação, dizem especialistas

14/09/2016 – Fonte: Tribuna PR

A complexidade do sistema tributário e os altos custos que as empresas brasileiras relatam para se adequar a ele explicam a complacência com a sonegação fiscal no País, avaliam especialistas.

“Se existem paraísos fiscais é porque existem infernos fiscais e nós infelizmente vivemos em um deles”, afirma Ana Claudia Utumi, advogada especialista em direito tributário da Tozzini Freire Advogados. “Somos líderes mundiais em complicar a vida do contribuinte”, complementa.

Há três semanas, o fim da CPI do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, o Carf, na Câmara dos Deputados sem a aprovação de um relatório trouxe a sensação de impunidade em relação aos empresários, companhias e entidades suspeitos de compra de sentenças para anular multas emitidas pelos conselheiros. O prejuízo aos cofres públicos é estimado em R\$ 19 bilhões.

Mas o aperfeiçoamento dos sistemas de fiscalização eletrônica nos últimos anos apertou o cerco contra os fraudadores da Receita, escancarando a necessidade de criação de departamentos fiscais nas companhias, com profissionais especializados em garantir o cumprimento das leis e regulamentos externos e internos. Considerado “primordial” para a sobrevivência de qualquer empresa, o custo do compliance tributário depende do tamanho da empresa, diversidade e capilaridade das suas atividades.

“No Brasil, a maioria das empresas são pequenas ou médias, que estão obrigadas a essa parafernália de setores jurídicos para atender às exigências do Fisco”, afirma Roberto Pasqualin, sócio sênior da PLKC Advogados. “Mas afirmo com segurança: não há uma única empresa no Brasil, atualmente, 100% em dia com suas obrigações fiscais. O custo para atender à legislação é enorme para qualquer um”.

Vista anteriormente apenas como um setor de gestão de problemas e despesas, a área de governança corporativa tributária vem ganhando espaço nas companhias à medida em que os empresários e acionistas percebem sua influência na avaliação de desempenho dos seus negócios. Apesar dos elevados custos, a manutenção de advogados, escriturários e contadores nas estruturas das empresas reduz a possibilidade de autuação futuras do Fisco.

“É esse paradigma que deve ser quebrado. O empresário precisa compreender que ele tem que ver no gestor da área tributária um parceiro, um defensor, um sócio, com que ele precisa estar convenientemente alinhado. É preciso entender as necessidades reais e ponderar o que é prioritário”, destaca Carlos Nascimento, especialista em soluções fiscais e tributárias da Thomsom Reuters. “Tudo isso olhando para a sua estratégia e longevidade no mercado. Muito mais do que um setor de gestão de problema, o compliance tributário é um setor de gestão de resultados.”

Com mais de 90 tributos diferentes e milhares de resoluções ou instruções normativas que variam de município para município, a questão tributária é um desafio para os empresários. De acordo com o estudo Doing Business 2016, elaborado pelo Banco

Mundial, o Brasil é o país onde as empresas mais levam tempo em todo o mundo para realizar o pagamento dos seus tributos. São necessárias, em média, 2.600 horas por ano, o que representa mais de 10 vezes a média mundial.

Essa burocracia obriga as empresas a contratar profissionais que sejam especializados em cada tipo de imposto para evitar erros ou omissões no momento da prestação de contas. "Nesse ponto, as grandes companhias já estão muito bem estruturadas, mas lido muito com casos de pequenos empresários que tomaram uma decisão errada porque não souberam interpretar a legislação", diz Utumi, da Tozzini Freire.

"Por isso mesmo, não é incomum encontrar nas empresas brasileiras as maiores equipes tributárias de todo o mundo", complementa Gilmar Masiero, professor de Administração de Empresas da FEA/USP. "É custo tributário indireto. Se a empresa não fizer isso, acaba acumulando contingências com a Receita."

Para o tributarista Fábio Lunardini, da Peixoto & Cury Advogados, a criação da cultura de compliance tributário cria benefícios de longo prazo para as empresas porque constitui um importante instrumento de transparência e relacionamento com fornecedores, instituições financeiras, parceiros de negócios e potenciais investidores.

"O departamento financeiro, se bem gerido, provoca uma melhoria da atividade empresarial como um todo, uma vez que a empresa é capaz de aferir melhor seu desempenho e direcionar corretamente seu negócio."

Bovespa fecha em queda, puxada por empresas de commodities

14/09/2016 – Fonte: G1

A Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) fechou em queda nesta terça-feira (13), puxada por ações de empresas de commodities e acompanhando o cenário externo desfavorável.

O Ibovespa, principal indicador da bolsa paulista, encerrou o pregão em queda de 3,01%, a 56.820 pontos.

As ações da Gerdau lideraram a queda entre as que fazem parte do Ibovespa, recuando 8,76% nas preferenciais e 8,43% nas ordinárias. Usiminas caiu 7,71%; Petrobras recuou 7,61% nas ordinárias, enquanto CSN teve queda de 7,39%.

De acordo com gestores ouvidos pela Reuters, o movimento foi guiado, particularmente, por incertezas relacionadas a ações de bancos centrais em países desenvolvidos. Um desses profissionais vê um certo receio nos mercados de que a política monetária nesses países possa ter chegado a um limite, com chance de reavaliação de algumas políticas expansionistas.

Ao mesmo tempo, permanecem dúvidas sobre os próximos passos do Federal Reserve, o BC dos Estados Unidos, que se reúne na próxima semana para decidir sobre sua taxa de juros.

"Apesar da chance relativamente baixa de o juro subir este mês (nos EUA), há muita incerteza e quem diga que o Fed pode surpreender e não seguir o mercado", afirmou à agência o gestor Marcello Paixão, sócio da administradora de recursos Constância NP.

Tais incertezas combinadas com a valorização na Bovespa em 2016 endossaram questionamentos sobre a relação risco e retorno nas alocações, corroborando alguma realização de lucros. O Ibovespa acumulava até a véspera elevação de 35 por cento este ano.

Pacote de concessões e privatizações

No cenário local, o governo Michel Temer anunciou nesta terça-feira (13) pacote prevendo a concessão ou venda de 25 projetos nas áreas de energia, aeroportos, rodovias, portos, ferrovias e mineração.

De acordo com o presidente, o pacote tem o objetivo de ampliar os investimentos para reaquecer a economia, em recessão, e estimular a criação de empregos. A previsão é que 21 desses projetos sejam leiloados em 2017 e, os outros quatro, no primeiro semestre de 2018.

Cenário externo

As bolsas de Nova York também operaram no vermelho, com o petróleo enfraquecendo ações de energia e expectativas menores sobre uma alta de juros nos Estados Unidos no curto prazo minando papéis do setor financeiro.

Na véspera, a diretora do Federal Reserve (Fed, o banco central dos Estados Unidos) Lael Brainard alertar contra a retirada de estímulo à economia dos Estados Unidos, o que levou investidores a suavizar a percepção de uma alta imediata nos juros na maior economia do mundo.

As autoridades do Fed deverão entrar divididas na reunião de 20 e 21 de setembro, com algumas preocupadas que as atuais taxas baixas alimentem um salto na inflação enquanto outras, entre elas Brainard, argumentam que o Fed não deve correr para elevar os juros.

Artigo: Alta carga tributária brasileira incentiva sonegação de impostos

14/09/2016 – Fonte: G1

A meta de déficit do governo central para 2016 está definida em R\$ 170 bilhões. Discute-se o corte de benefícios para a população. Especula-se a elevação de impostos.

Enquanto isso, só neste ano, já foram sonegados cerca de R\$ 340 bilhões no país, valor que permitiria cobrir duas vezes o rombo previsto para as contas públicas este ano. É o que mostra o Sonegômetro, placar digital criado pelo Sindicato Nacional dos Procuradores da Fazenda Nacional (Sinprofaz).

De acordo com estudo do Sinprofaz, é possível estimar um indicador de sonegação de 27,6% da arrecadação – e a previsão da entidade é que os números da sonegação superem os R\$530 bilhões até o final de 2016, o que representa quase 10% do PIB nacional. O que explica estes valores exorbitantes de sonegação que vemos no país?

Uma justificativa é unânime entre especialistas e pela população em geral: a má fiscalização do governo explica importante parte deste enorme montante sonegado anualmente. A queda da sonegação como porcentagem do PIB nos últimos anos reforça essa tese.

Segundo o Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário (IBPT), o índice de sonegação no Brasil caiu de 32% da arrecadação para os atuais 27,6%, devido ao aprimoramento dos mecanismos de fiscalização do setor público, como cruzamento de informações, retenção de tributos e maior ação dos agentes responsáveis pela fiscalização tributária.

No entanto, outra razão está por trás dos altos índices de sonegação brasileiros. Quando a carga tributária é muito alta e a probabilidade de detectar a sonegação é baixa, é economicamente racional para pessoas físicas e jurídicas sonegarem.

Uma conhecida teoria econômica pode ajudar a entender este argumento: a curva de Laffer – nome que vem de seu criador, o economista Arthur Laffer.

Ela mostra a relação entre arrecadação tributária e a taxa de imposto. Uma alíquota de 0% não traz receita tributária, mas a hipótese por trás da curva de Laffer afirma que uma alíquota de 100% também não gerará receita, uma vez que não haverá incentivo para o indivíduo trabalhar e não sonegar.

Se ambas as taxas – 0 e 100% – não geram receitas tributárias, conclui-se que deve existir uma alíquota na qual se atinja o valor máximo, como mostra a figura abaixo.

O aumento do imposto gera dois efeitos na arrecadação: um no sentido positivo, com o aumento do volume de taxas pagas. No entanto, o segundo efeito ocorre no sentido negativo, pois o imposto desestimula a produção e o consumo e incentiva a sonegação fiscal, diminuindo a renda sobre a qual incidir impostos.

Os dados de tributação no país sugerem que a elevada carga tributária pode explicar parte de nossos altos níveis de sonegação.

De acordo com um estudo da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), com base em dados de 2014, o Brasil é o país com a maior carga tributária em toda América Latina e Caribe. A medida mais recente do Tesouro Nacional, feita em 2015, aponta que a carga tributária brasileira foi de 32,71% do PIB em 2015, muito acima da média dos países latino-americanos estudados pela OCDE, de 21,7% do PIB.

Países com maior nível de renda – como é o caso do Brasil em comparação a grande parte de seus vizinhos latino-americanos – tendem a apresentar maior coeficiente de impostos em relação ao PIB.

O mesmo estudo revela que o Brasil já tem uma carga tributária comparável a das 34 economias mais desenvolvidas do mundo que compõem a OCDE, onde a média de impostos equivale a 34,4% do PIB. Porém, é fácil constatar que não atingimos o nível de desenvolvimento e qualidade de vida destes países mais ricos.

Deste modo, na linha da teoria proposta por Laffer, a elevada carga tributária brasileira incentiva a sonegação. No atual contexto da economia brasileira, em que a população sofre para possibilitar o reequilíbrio das contas públicas, é válido discutir todas as formas de elevação da arrecadação do governo, dentre as quais o combate à sonegação fiscal no Brasil.

No entanto, a simples penalização das pessoas físicas e jurídicas que deixam de pagar impostos não é suficiente para garantir maior arrecadação tributária. A teoria econômica e a evidência empírica indicam que o problema da sonegação de impostos no Brasil está diretamente relacionado à alta carga tributária nacional – o que reforça a necessidade de uma reforma tributária.

Samy DanaPost (post em parceria com Rafael da Silva Gonçalves) - graduando em Economia pela Fundação Getúlio Vargas e consultor pela Consultoria Júnior de Economia.

Estratégias de marketing para superar a crise

14/09/2016 – Fonte: Automotive Business

Quais são as lições que a prolongada crise do setor automotivo traz à tona, em momento de já se discutem caminhos para a retomada dos negócios? A primeira delas é que as situações difíceis não duram para sempre. Outra é que é preciso enxergar e se preparar para as oportunidades que surgem no mercado. É hora de contratar bons

profissionais, promover o treinamento, pensar em aquisições, estimular a produtividade e aproveitar o período de recuperação.

Com essa extensa pauta em vista e pensando nos profissionais de marketing, **Automotive Business** promoverá dia 26 de setembro o fórum *Marketing Automotivo na Era Digital*. O propósito do evento é debater com profissionais do setor os desafios na área de estratégia, inovação, tendências e a evolução das mídias sociais – associados especialmente às disciplinas da comunicação de marketing.

Daniel Domeneghetti, CEO da DOM Strategy Partners, abrirá o fórum com insights para o planejamento de marketing, enquanto Bruna Terra, analista do setor de indústrias do Google, lançará um novo olhar sobre a estratégia por trás dos lançamentos automotivos no Brasil.

Estarão em pauta também os desafios das mídias digitais, em palestra de Gil Giardelli, professor da ESPM e CEO da 5Era, e de Ricardo Bacellar, diretor da KPMG, que tratará dos ciclos de vida do consumidor digital.

Os cuidados com a marca em tempos de crise serão avaliados por Jaime Troiano, presidente da TroianoBranding, que deve qualificar a eficiência do marketing de branding associada a grandes insights. Ele dirá também que a crise traz oportunidade para a reconstrução de marcas.

As plataformas de relacionamento com o cliente e o marketing na era da experiência serão temas de apresentações de Carlos Vicente, head de negócios da Kolekto Tecnologia, e de Jorge Jabor, diretor da 3dExcite, da Dassault Systemes.

Automotive Business convidou também a Fiat para explicar suas estratégias de comunicação no lançamento do Mobi, com a gerente de comunicação Maria Lucia, e a Nissan, com Mariana Lemos, gerente de marketing, que apresentará o patrocínio das Olimpíadas e os resultados obtidos.

Mais informações sobre o fórum [aqui](#) ou pelo telefone 11 5095-8888

Bridgestone inaugura centro de distribuição

14/09/2016 – Fonte: Automotive Business



A Bridgestone inaugurou em Mauá (SP) o centro de distribuição Ecopia. A instalação tem 44 mil metros quadrados de área construída, certificação Green Building e dará mais agilidade ao processo logístico da companhia, que tem uma fábrica de pneus em Santo André (SP), outra em Camaçari (BA) e mais duas unidades dedicadas à produção de bandas de rodagem, uma em Campinas (SP) e outra em Mafra (SC).

O novo centro conta com 40 docas de recebimento e expedição que aumentam a velocidade e a quantidade de janelas de carregamento. Além disso há uma grande área interna para manobra de veículos e pátio de estacionamento com piso blocado.

O nome Ecopia do centro de distribuição provém da linha de pneus Bridgestone com apelo ecológico (leia [aqui](#)).

Cresce inadimplência no financiamento de veículos

14/09/2016 – Fonte: Automotive Business



A taxa de inadimplência no financiamento de veículos para pessoas jurídicas atingiu em julho 5,2%, registrando alta de 0,9 ponto porcentual sobre o mês anterior. Para pessoas físicas ela alcançou 4,6%, crescendo 0,7 p.p. sobre o mês junho.

O total de recursos liberados para financiamentos somou R\$ 45,4 bilhões, registrando queda de 17,2% no acumulado dos últimos 12 meses. Os dados foram divulgados pela Associação Nacional das Empresas Financeiras das Montadoras (Anef).

“Os números demonstram o efeito da crise nos consumidores. Existe, por um lado, uma redução de procura pelos financiamentos e, por outro, aqueles que, impactados pela queda de renda e pelo desemprego, não conseguem honrar os financiamentos assumidos”, afirma o presidente da Anef, Gilson Carvalho.

Em razão do cenário negativo, a Anef revisou para baixo suas projeções para este ano. A entidade estima que o saldo de financiamentos deverá ficar em R\$ 155,7 bilhões (em vez dos R\$ 173,8 bilhões estimados no primeiro trimestre), com queda de 15% em relação ao resultado alcançado no ano passado. Já o volume de recursos liberados deverá cair 15,8%, passando de R\$ 92 bilhões para R\$ 77,5 bilhões (estimavam-se R\$ 87 bilhões no primeiro trimestre).

SALDO EM CARTEIRA

O saldo das carteiras somou R\$ 167,8 bilhões, anotando queda de 13,5 bilhões no acumulado dos últimos 12 meses. Esse indicador corresponde a 2,8% do Produto Interno Bruto (PIB), ante 3,2% no mesmo período de 2015. Com queda de 27,9% em 12 meses, as operações de leasing somaram R\$ 4,9 bilhões. As operações de CDC também diminuíram, mas o recuo foi um pouco menor, de 14%. Com isso, totalizaram R\$ 162,9 bilhões.

“Se queremos exportar, precisamos abrir para importação”, diz Ketter

14/09/2016 – Fonte: Automotive Business



Com a demanda interna enfraquecida, as fabricantes de veículos instaladas no Brasil começam a lamentar os negócios perdidos no mercado internacional. Este é o caso da FCA (Fiat Chrysler Automobiles), uma das empresas que mais entregou participação nas vendas nacionais no último ano.

“Faltam acordos bilaterais que visem o longo prazo. O Brasil tem um cadeado na porta”, apontou Stefan Ketter, presidente da companhia para a América Latina,

durante apresentação no Fórum Direções Quatro Rodas, realizado em São Paulo na terça-feira, 13.

“Se queremos exportar, temos de abrir para importação. Para vender lá fora temos que abrir a nossa casa”, resume. Sem entrar em detalhes, o executivo sinaliza que é isso que espera da política industrial que dará sequência ao Inovar-Auto, regime automotivo atual.

Para ele, no lugar de impor regras de conteúdo local nos carros feitos no país, o programa poderia reduzir gradativamente as barreiras de acesso ao mercado interno. Além disso, ele cita a importância de formular novas regras de eficiência energética a partir de 2020, quando termina o efeito das metas do Inovar-Auto.

Outro ponto importante para o executivo é a necessidade de fazer um movimento de industrialização. “Nos desindustrializamos nos últimos anos”, apontou, voltando a reclamar da dificuldade de encontrar no País fabricantes de alguns componentes que antes tinham produção local. “Perdemos fornecedores”, constata.

Segundo ele, o caminho é atrair players para a cadeia produtiva e garantir volumes mais elevados, algo que só pode ser alcançado com mais exportações.

Ketter assegura que, no caso da FCA, a fábrica da Jeep em Goiana (PE) conta com nível de produtividade e qualidade para vender a outros mercados. “Aqui no Brasil temos tendência a desvalorizar o que fazemos localmente”, diz o executivo, que nasceu no País mas tem descendência alemã e viveu na Europa por alguns anos.

Ele cita o exemplo da Fiat Toro, picape média da marca desenvolvida localmente e cobijada em outros mercados. “Há grande interesse de vários países.”

Por exportar, o executivo entende conquistar novos espaços, sem se restringir aos vizinhos da América Latina. “Eu não considero as vendas para a Argentina como exportação, mas sim como nosso mercado comum.”

CARRO VAI VIRAR APP NO SMARTPHONE, NÃO O CONTRÁRIO

Ketter falou durante o evento sobre o cenário de transformação para a indústria automotiva. Os consumidores, cada vez mais bem informados, fazem menos visitas às revendas para decidir sobre a compra de um carro.

“No futuro será preciso repensar o modelo de concessionária”, diz. Segundo Ketter, garantir conectividade será essencial para se manter na disputa por mercado nos próximos anos. “O carro vai virar um aplicativo no smartphone, não o contrário”, fala, destacando os serviços de compartilhamento e a condução autônoma.

Ele aponta que, em 2030, os carros que rodam sem a necessidade de um motorista poderão ter participação de até 15% nas vendas. Outra fatia de 15% será de veículos destinados a serviço de compartilhamento.

O Brasil, segundo ele, não deve participar deste salto tecnológico já no primeiro momento, mas “é importante garantir que a defasagem não seja superior a cinco anos. Espero que o País não seja apenas um seguidor, mas possa participar da transformação.”

Volare desenvolve miniônibus elétrico

14/09/2016 – Fonte: Automotive Business



A Volare está desenvolvendo um modelo com motorização 100% elétrica. A empresa prevê a apresentação do protótipo do miniônibus no início de 2017. O projeto tem parceria da BYD, empresa com know-how em motorização para veículos elétricos, e a produção ocorrerá no Brasil.

Segundo a Volare, o desenvolvimento do veículo começou em 2014 e faz parte da estratégia de oferta de modelos com tecnologia avançada e redução de emissões. “Nossa engenharia desenvolveu um projeto priorizando o espaço interno e acessibilidade ao passageiro. Foi necessário um trabalho em conjunto entre as engenharias da Volare e da BYD”, afirma o diretor de engenharia da Volare, Roberto Poloni.

O ônibus terá 9,1 metros de comprimento, 2,98 m de altura e 2,36 m de largura. Deverá transportar 20 passageiros sentados e 25 em pé. O powertrain BYD terá 90 quilowatts de potência. As baterias ficam no teto e na traseira e os motores são instalados nas rodas traseiras.

“A recarga total poderá ser feita apenas três horas”, afirma Poloni. Ainda segundo a Volare, o modelo terá frenagem regenerativa.

Bridgestone inaugura centro de distribuição

14/09/2016 – Fonte: CIMM

A Bridgestone, maior fabricante de pneus do mundo, acaba de inaugurar o Centro de Distribuição Ecopia, na cidade de Mauá (SP). O espaço, que possui certificação Green Building, tem capacidade de armazenar um grande volume de produtos e agilizar o processo logístico de distribuição da companhia, que tem duas fábricas de pneus, em Santo André (SP) e Camaçari (BA), e outras duas de bandas da Bandag, em Campinas (SP) e Mafra (SC).

Com uma área total construída de 44.000 m², o novo Centro de Distribuição conta com 40 docas de recebimento e expedição que aumentam a velocidade e a quantidade de janelas de carregamento. Além disso, o centro possui uma grande área interna para manobra de veículos e pátio de estacionamento com piso bloqueado. Os motoristas dos caminhões também possuem um espaço de recepção exclusivo com chuveiro e refeitório.

Segundo Lafaiete Oliveira, diretor de Supply Chain da Bridgestone, a implementação do CD Ecopia foi planejada inteiramente para se obter uma distribuição mais eficiente e dinâmica.

“Usamos as principais tecnologias do setor para construir um espaço de excelência. Além de um layout moderno que possibilita um grande aumento de produtividade da companhia, o Centro Ecopia possui o selo Green Building.”

O certificado Green Building é concedido pelo U.S. Green Building Council, uma organização sem fins lucrativos, com sede em Washington, nos Estados Unidos, que tem o objetivo de promover a sustentabilidade ambiental de edifícios. Para adquirir

esta classificação, o Centro Ecopia reutiliza e recicla seus materiais, reaproveita inteiramente sua água e ainda apresenta eficiência energética dos produtos destinados à iluminação.

O nome do Centro de Distribuição foi escolhido com base na linha de pneus da Bridgestone chamada Ecopia (com apelo ecológico), cujos produtos são projetados com materiais que minimizam a resistência ao rolamento, aumentam a eficiência energética e ajudam a diminuir a emissão de dióxido de carbono (CO₂).

Investimentos do FGTS geram 3,5 milhões de empregos diretos por ano

14/09/2016 – Fonte: MTE

Ministro destaca importância do fundo em prol do trabalhador e como fator de desenvolvimento do país



Os 50 anos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) foi celebrado nesta terça-feira (13) em evento no Ministério do Trabalho com a presença do ministro, Ronaldo Nogueira, do presidente da Caixa, Gilberto Occhi, e o presidente dos Correios, Guilherme Campos, e da secretária Nacional de Habitação do Ministério das Cidades, Maria Henriqueta Alves.

Na oportunidade foi lançado um selo comemorativo aos 50 anos e um bilhete especial da Loteria Federal. Ao final, o ministro fez a entrega da premiação aos vencedores do concurso de melhores monografias sobre o FGTS.

Presidente do Conselho Curador do FGTS, Ronaldo Nogueira destacou a importância do fundo em prol do trabalhador e como fator de desenvolvimento do país. "São 3,5 milhões de empregos diretos gerados anualmente, como resultado de um orçamento direcionado às obras habitacionais, de saneamento e de infraestrutura.

Somente para esse ano, a previsão é de uma aplicação de R\$103,7 milhões. No quadriênio (2016/19), serão R\$302 bilhões injetados na economia por meio de seus programas de financiamento", destacou o ministro.

Ao setor de habitação popular, que contempla famílias com rendimentos de até R\$ 6.500,00, serão destinados R\$231,7 bilhões no quadriênio, que vão beneficiar 2,2 milhões de famílias. Outros R\$ 31,5 bilhões serão direcionados a obras de saneamento básico e R\$ 32 bilhões para infraestrutura urbana no mesmo período.

Com um total de R\$498 bilhões em ativos e patrimônio líquido superior a R\$100 bilhões, o FGTS se consolidou, nestes 50 anos, como um dos principais agentes de desenvolvimento do país. No período foram mais de R\$426 bilhões injetados na economia no financiamento a obras de moradia popular, rodovias, portos, hidrovias, aeroportos, ferrovias, energia renovável e saneamento básico.

Contabilizados os últimos 20 anos, foram injetados R\$408 bilhões na economia por meio de empréstimos habitacionais que possibilitaram a construção de mais de 7 milhões de moradias, beneficiando cerca de 350 mil pessoas e possibilitando a geração

de 21 milhões de emprego desde 1995. “Ou seja, o papel do FGTS tem sido primordial na economia nos seus 50 anos de existência, demonstrando a importância de manutenção de suas políticas e de apoio as suas iniciativas”, avaliou Ronaldo Nogueira.



Reunião do Conselho – Após os atos comemorativos, o ministro Ronaldo Nogueira presidiu a 154ª reunião ordinária do Conselho Curador no ministério, onde foram aprovadas duas resoluções: a primeira inclui a Central dos Sindicatos Brasileiros (CSB) e a União Geral dos Trabalhadores (UGT) no Grupo de Trabalho criado para discutir a governança e o direcionamento do Fundo de Investimento do FGTS (FI-FGTS).

A segunda enquadra os financiamentos com recursos destinados aos Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI) e Letras de Crédito Imobiliário (LCI) no Sistema Financeiro de Habitação. Com essa mudança, o FGTS pode investir recursos dessa modalidade dentro das normas do SFH, ou seja, em imóveis com limites até R\$750 milhões.

Em fevereiro, o Conselho liberou R\$10 bilhões para investimento em CRIs. Ao vender esses papéis para o FGTS, o banco conta com novos recursos para aplicar em habitação.

Essas operações foram autorizadas em duas parcelas nesse ano. A primeira - de R\$4 bilhões - já foi liberada em março e outra de R\$6 bilhões será disponibilizada até dezembro, dentro das novas regras aprovadas nesta terça-feira (13).

Artigo: STF concede liminar para suspender a incidência do IPI na revenda de importados

14/09/2016 – Fonte: Portal Contábil SC

No dia 06 de junho, o Ministro Marco Aurélio concedeu medida liminar na Ação Cautelar 4.129/SC para suspender a exigência do IPI sobre as operações de mera comercialização no mercado nacional de mercadorias importadas.

No caso, uma empresa importadora ingressou com Mandado de Segurança com vistas a afastar o recolhimento do IPI na revenda dos produtos que importa e obteve julgamento favorável na primeira instância.

A Fazenda Nacional recorreu para o Tribunal Regional Federal da 4ª Região, que reformou a sentença, determinando o pagamento do imposto tanto no momento do desembaraço aduaneiro como na saída do estabelecimento importador e independentemente da prática de qualquer ato de industrialização após a entrada das mercadorias no país.

A importadora recorreu ao Supremo Tribunal Federal. Além de apresentar Recurso Extraordinário, ajuizou a Ação Cautelar 4.129/SC, onde obteve liminar para a atribuição de efeito suspensivo ao seu recurso, com a consequente suspensão da decisão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região.

Ao deferir a liminar, o Ministro Marco Aurélio afirmou que a questão de mérito deve ser analisada pelo Plenário, por envolver o princípio constitucional da isonomia (art. 150, inc. II, da Constituição Federal), em especial no que tange ao tratamento tributário isonômico entre os produtos nacionais e os importados.

Isso porque o produto nacional sofre tributação pelo IPI uma só vez, na saída do estabelecimento industrial, não mais sofrendo a incidência do imposto na cadeia de comercialização, salvo se houver etapa em que ocorra algum ato de industrialização.

O Ministro também destacou a existência de sinal do bom direito, isto é, da probabilidade de a matéria ser decidida em favor do contribuinte, sob o fundamento da dupla incidência sobre o mesmo fato gerador, com oneração excessiva do importador.

A decisão em questão indica que o atual posicionamento do Superior Tribunal de Justiça, que é no sentido da legitimidade da incidência do IPI também na revenda das mercadorias importadas, poderá ser derrubado, já que deve prevalecer o entendimento do Supremo Tribunal Federal, por se tratar de uma questão constitucional.

Se a posição inicial do Ministro Marco Aurélio for mantida pelo Plenário, considerando-se que as hipóteses de incidência elencadas no art. 46 do Código Tributário Nacional são excludentes, isto é, não podem ser aplicadas cumulativamente, os contribuintes terão o direito de pleitear a devolução dos valores já recolhidos.

O tributo indevidamente pago poderá ser restituído por meio de medida judicial com relação aos cinco anos anteriores ao seu ajuizamento.

Fernando Telini e Lucianne Coimbra Klein, advogados tributaristas da Telini Advogados Associados